

# Artigos



# Auditoria, governança e responsabilidade corporativa no quadro do capitalismo neoliberal globalizado: uma análise radical-crítica

## Audit, governance and corporative accountability in the framework of globalized neo-liberal capitalism: a radical-critical analysis

Omar Aktouf

### RESUMO

O ensaio teórico tem por objetivo apreciar criticamente os discursos existentes atualmente em favor das chamadas "boas" práticas de governança corporativa. A perspectiva adotada desafia a ideologia especialmente preconizada pelos organismos internacionais, que na defesa de determinadas práticas, reafirma a hegemonia dos interesses do capital especulativo em detrimento do capital produtivo. Diversos argumentos apontam para o questionamento da lógica do capital sobre os interesses coletivos, no pressuposto de que esta lógica tem, de fato, promovido retrocessos em relação a importantes avanços sociais já conquistados pelos trabalhadores, reduzindo as possibilidades de sustentação do desenvolvimento econômico, em nível mundial.

Palavras-chave: Governança corporativa; Responsabilidade social empresarial; Globalização; Desenvolvimento econômico.

- 
- Artigo convidado. Tradução Roberto Costa Fachin. Revisão técnica: Antônio Moreira de Carvalho Neto, Ângela França Versiani e Janete Lara de Oliveira Bertucci. O presente texto foi traduzido especialmente para publicação nesta revista. Sua produção ocorreu, originalmente, por meio do registro de palestras e conferências proferidas pelo Prof. Aktouf, o que transparece no uso de uma linguagem mais "informal", em diversas partes do texto. Este fato dificultou a tradução e introduziu a necessidade de ajustes para a forma escrita, o que solicitamos ao leitor considerar ao longo de sua leitura.

Acabamos de receber uma mensagem de Saddam Hussein "gracejou o chefe de Estado (Bush) por ocasião de um jantar no último fim-de-semana, segundo os participantes desse jantar." A boa notícia é que ele aceita uma verificação em seus armamentos nucleares, biológicos e químicos. A má notícia é que ele quer que seja Arthur Andersen quem faça essa auditoria. (Susan Cornwell, Washington, 17 de março de 2002)

O campo das teorias da organização e da gestão tem sido agitado, fortemente, já há algum tempo, pelos ventos da "boa governança", noção que vem acompanhada de "responsabilidade social" ou, ainda, de "responsabilidade corporativa".<sup>1</sup> Tais noções também têm sido fonte de discursos por quem labora na administração pública ou na administração de países. Parece estar também em desenvolvimento a adoção desses temas como uma "fórmula universal", uma vez que foram a eles consagrados quantidade considerável de eventos, e muitas revistas dedicaram-lhes números especiais.<sup>2</sup> Até organismos internacionais como o Banco Mundial ou o FMI apelam para as noções de boa governança e responsabilidade social como "condição" nova a ser cumprida pelos Estados que necessitam de recursos e solicitam "ajuda". Eu cogito que, nos tempos atuais, onde se multiplicam escândalos corporativos e mesmo governamentais (Enron, Tyco, Xerox, AOL-Warner, Nortel, Vivendi, Parmalat, Hollinger, o governo Martin, no Canadá, o de Bush nos EUA... e mesmo o de Lula, no Brasil), o apelo a tais noções provém mais de certo encantamento do que de uma vontade real de mudar profundamente os costumes e as práticas corporativas que, além do mais, ligam frequentemente os poderes econômicos e políticos.

---

<sup>1</sup> Este foi, por exemplo, o tema do número do outono de 2005, da **Revue Internationale de Gestion**, da HEC Montréal.

<sup>2</sup> Eu mesmo participei de um colóquio sobre esse tema, no Parlamento Europeu, em dezembro de 2003 e, por exemplo, a **Revue Internationale de Gestion**, da HEC Montréal, fez desse tema todo o conteúdo de seu número do outono de 2005.

Os conceitos de boa governança, de responsabilidade social, de "partes interessadas", implicam a complexidade da noção de "governança", quando o que se quer é "integrar" as "partes interessadas" (*stakeholders*) àquilo que a atividade econômica e política deve levar em conta, a fim de garantir a satisfação ótima de todos. Na pretensão de superar a lógica tradicional elementar de satisfação dos *shareholders* (acionistas), essa abordagem recente pretende também cuidar do equilíbrio entre a "satisfação" dos detentores do capital, a satisfação dos empregados, das coletividades civis, dos cidadãos, da natureza mesma (ecologia e controle das externalidades).

A noção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se alargou de tal forma que pretende fazer de firmas e governos paradigmas da virtude, cheios de boas intenções e de cuidados com a preservação da qualidade de vida dos homens e a integridade da natureza. O FMI e o Banco Mundial, assim, colocaram a "luta contra a corrupção" como o primeiro pilar da "boa governança", antes mesmo de qualquer resposta a demandas de recursos dos países necessitados. Digamos que, grosso modo, trata-se praticamente do retorno à boa e velha noção presente nos clássicos da Administração desde o início do século passado: a "boa cidadania corporativa".

Nada condenável, aliás, bem ao contrário. Mas, se nos interessamos pelas implicações de tais inclinações e vontades, há contradições ou impossibilidades que aparecem, já que, no mundo da economia e dos negócios, as coisas não mudam de "forma radical". Consideremos, primeiramente, as partes interessadas, seus interesses, suas oposições *a priori* e suas interações "tradicionais". Temos, pois, a considerar:

- A empresa, os acionistas, os proprietários, o capital... e os mecanismos de controle da "boa e sadia gestão", em especial, aquilo que é denominado "auditoria";
- Os altos dirigentes, os CEOs;
- Os empregados;
- Os sindicatos;
- Os fornecedores;
- Os consumidores;
- A sociedade civil;
- Os ecologistas e os defensores da natureza;
- O Estado;
- Os organismos internacionais;
- E... acrescentemos – (nós veremos mais tarde por quê) as Escolas de Negócios.

Dentro da tradição das coisas tais como se apresentam até o momento, a empresa, os proprietários, os acionistas e o capital que eles representam buscam o

lucro máximo e a curto prazo; os altos dirigentes, premiados com ganhos financeiros consideráveis, permitem que as opções acionárias se acelerem na mesma direção; os empregados, evidentemente, vão atrás do máximo de salários e vantagens que podem conseguir, incentivados, no mesmo sentido, pelos sindicatos; os próprios fornecedores buscam não mais depender de monopsonios<sup>3</sup> e a maximizar a competição entre outros possíveis compradores de seus bens e serviços; os consumidores querem melhoria constante da relação preço/qualidade/desempenho daquilo que compram; a sociedade civil e os movimentos sociais desejam melhoria constante da qualidade de vida sob todos os aspectos; os ecologistas e os defensores da natureza exigem o respeito aos equilíbrios naturais, à biodiversidade e ao direito dos ecossistemas de permanecerem o mais intacto possível; o Estado pretende estar acima dos interesses particulares e velar pelas satisfações ótimas de todas as partes interessadas; os organismos internacionais, como Unicef, Pnud, Unesco, até FMI, OMC e Banco Mundial, buscam supervisionar a "boa governança", garantindo a reciprocidade dos interesses. Supõe-se que as escolas de negócios (*business schools*), que eu acrescento a essa lista, forneçam as teorias, os instrumentos, os procedimentos para permitir a encarnação concreta da boa governança e da RSE no campo das operações corporativas.

## CONTRADIÇÕES, ANTINOMIAS E IMPOSSIBILIDADES

Depreendem-se assim, muito facilmente, as contradições tradicionais, várias dessas, senão a totalidade, totalmente "irredutíveis" pelas partes interessadas, consideradas essenciais. Primeiramente, a busca pelo lucro e pela distribuição máxima de dividendos, objetivo corporativo jamais questionado, é absolutamente incompatível com a satisfação ótima dos trabalhadores, dos sindicatos, dos defensores da natureza, simplesmente porque esses elementos são tratados como custos. O salário é um custo estruturalmente inimigo do lucro, e rebaixá-lo ao nível mínimo possível é condição de satisfação do capital e de seus representantes. Os sindicatos são também inimigos do lucro máximo pelo simples fato de terem caráter reivindicador, buscando obter sempre mais vantagens para seus membros. Os defensores da natureza apresentam-se como inimigos do lucro máximo pelo simples fato de querer que a firma (*a posteriori* ou *a priori*) pague as externalidades prejudiciais ao ambiente. Logo, os costumes e as práticas dos altos diri-

---

<sup>3</sup> Monopsonio pode ser entendido aqui como um único grande comprador de determinados bens e serviços em um mercado, que define os preços a ser praticados pelos fornecedores, que só têm como vender ao monopsonio, em razão de seu enorme poder de compra.

gentes e CEOs, sob o pretexto de se fazer uma administração sadia com uma competição-competitividade também sadia, caminham sistematicamente para a maximização infinita e rápida dos lucros. "Boa governança" para eles, como já afirmou em outros momentos Milton Friedman, significa nada mais que maximizar, primariamente, os ganhos dos acionistas e, por via de consequência imediata, os ganhos dos altos dirigentes.

"Filosoficamente", poder-se-ia dizer que não existe ruptura possível entre responsabilidade, em geral, e a responsabilidade que também é "social" da empresa, dentro da fórmula consagrada no acrônimo "RSE". Desde as noções norte-americanas de "Boa Cidadania Corporativa", ou ainda de "Ética de Negócios" ou ainda o conceito europeu de "Balanço Social", tudo é uma espécie de época, tanto passada como presente, em que uma espécie de imputabilidade mais global da empresa entra em discussão. A noção mais moderna de auditoria, melhor conhecida na América do Norte sob o nome "inspeção interna" ou "inspeção contábil e gestão" não consegue sequer tocar, e menos ainda englobar, uma importante parte daquilo ligado à "RSE". Tudo isso pode ir desde os aspectos financeiro-contábeis de imputabilidade clássica na gestão, até considerações de tratamento do pessoal (balanço ou auditoria social) ou ainda de tratamento (direto ou indireto) do ambiente, do consumidor, de usuário da sociedade. É, pois, a esses aspectos globais e "filosóficos" da questão da auditoria, colocada no contexto em relação aos novos dados da globalização (da Enron à Parmalat) e em relação aos conflitos de interesse nos quais se confrontam escritórios gigantes de consultoria (como Arthur Andersen), que são, ao mesmo tempo, "consultores", "fiscal de contas" e "auditoria", que este trabalho será consagrado. Também faremos breve análise daquelas que são as novas e inevitáveis implicações em termos do pensamento e das práticas gerenciais.

Não trataremos aqui, como o próprio título deste trabalho anuncia, de problemas de aplicações concretas ou de dificuldades de posicionamento, da utilização, ou da realização das práticas de auditoria, da verificação do "bom comportamento social da empresa", de forma geral, "externa", ou mais particularmente, "interna". É no plano global, na filosofia, nos contextos, na perspectiva e nos princípios que se centra o presente texto.

Proponho, assim, rapidamente, partir de uma espécie de diagnóstico do estado atual, quanto àquilo que, para mim, não pode faltar no sentido de enquadrar, canalizar e mesmo marcar as práticas de auditoria ou de supervisão de boa governança corporativa, em nosso planeta: o que eu chamo de "novos dados sobre a globalização". Este estado geral constatado e circunscrito a suas dimensões principais, pode influenciar a gestão, a "boa governança" e as orientações das atividades de controle e de auditoria. Procederemos então ao que eu denomino uma

"análise da filosofia da auditoria", – ainda como um instrumento de verificação da boa conduta corporativa – como desfecho de uma tradição muito antiga de verificação, de controle, de estabelecimento de ligações – provas de confiança entre parceiros de negócio mais um "desfecho" demarcado por aquilo que se caracteriza como o estado atual da globalização.

Afinal, para chegar a uma síntese de pontos de apoio concretos a uma adaptação da gestão em geral, e da auditoria em particular, ao contexto corrente da globalização (de fato, aquilo que eu chamo de "pós-globalização"), procederemos a uma colocação, em paralelo, e a meu ver inevitável, entre questões do lugar, do papel, da missão da auditoria e aquelas, mais gerais, sobre a responsabilidade social da empresa. Essa responsabilidade vai desde a questão da confiança dos acionistas e dos empregados até a qualidade do ambiente, passando ainda pela satisfação plena do cliente.

## NOVOS DADOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Desde o lançamento, em 2002, do impactante livro de autoria do Prêmio Nobel da Economia de 2001 e ex-vice-presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, **A grande desilusão**, não havia nenhuma dúvida de que os dados sobre a globalização tinham mudado mais que radicalmente. De fato, quase num subtítulo da obra, Stiglitz acrescentou a edificante frase "a globalização não funciona mais". Seu segundo livro-impacto que apareceu em 2003, **Quando o capitalismo perde o rumo**, nada faz senão reforçar e consolidar de todos os lados aquilo que se anunciava e analisava havia pouco: não somente a globalização neoliberal não funciona – e agora ainda menos como seus apóstolos pretendem – mas também, e o mais grave, o capitalismo financeiro à americana, como um sistema político-econômico, está em grave crise. Tornou-se, como disse o próprio autor, um "sistema de capitalismo de companheiros e de integristas fanáticos do mercado". Ainda mais recentemente, John Ralston Saul, o célebre autor de **Bâtards de Voltaire** e cônjuge da ex-governadora-geral do Canadá, publicou, na revista **Harper's** (março 2004) um artigo intrigante no qual denuncia sem meias palavras os "desgastes consideráveis da globalização neoliberal", invocando a "extrema urgência de modificar, radicalmente, concepções, abordagens e práticas na economia e na gestão". Tudo no mesmo sentido daquele formulado pelo professor emérito de Economia da Universidade de Ottawa, Michel Chossudovsky (**La mondialisation de la pauvreté**). Tanto para Stiglitz como para Saul, esse tipo de globalização, "sob a ótica do modelo de capitalismo financeiro à americana", não trará ao mundo nenhum dos benefícios prometidos, a não ser o enriquecimento dos mais ricos. Todas as

coisas que eu mesmo já expus, analisei, argumentei nos últimos anos, e mais especificamente na minha obra mais recente, **La stratégie de l'autruche: post-mondialisation, management et rationalité économique** (2002).<sup>4</sup>

Assim, uma série de eurocéticos,<sup>5</sup> tais como Emmanuel Todd, René Passet, Jacques Généreux, Albert Jacquard, Viviane Forrester, Bernard Maris, juntam-se hoje às vozes de norte-americanos desiludidos, e não os menos significantes. O maior crítico e o mais importante entre todos eles é um Nobel de Economia, além de ter sido o presidente do prestigiado "Conselho Econômico" da Casa Branca na Presidência de Bill Clinton. Não se permitem mais dúvidas, portanto: a globalização, em seus princípios e mecanismos atuais, é discutível e deve ser discutida. Além disso, mais precisamente, quais são os "novos dados" que se deve reter em relação à evolução recente da globalização? E, de modo especial, quais são os novos dados que se deve examinar, a respeito da auditoria e, mais amplamente, em relação à responsabilidade social da empresa?

Minhas posições sobre a gênese, a natureza, o processo, as conseqüências previsíveis daquilo que se denominou sucessivamente "Crise mundial", depois "Globalização", são conhecidas e mostram claramente que os temores, que eu sempre exprimi a respeito do realismo dos benefícios que todos receberiam, eram verdadeiramente bem fundamentados. Além dos elementos principais que eu sempre coloquei em evidência – e que aqui eu simplesmente reproduzo – para explicar *ex ante*, por que "esta globalização" não daria os frutos prometidos: o fato de que o "bolo global" das riquezas da economia real colocava à parte os países não-alinhados. Há ainda os poderes demasiado grandes das multinacionais, a guerra de preços que essas mesmas multinacionais empreendem nos mercados mundiais, as disparidades e as enormes desigualdades entre o Norte e o Sul, a organização da economia mundial, de modo a conservar o valor adicionado sempre do lado do Norte, o protecionismo exagerado dos países industrializados, o estabelecimento de paridades monetárias e dos termos de troca que estruturalmente desfavorecem o Sul, a gravidade dos dualismos entre setores modernos e os setores tradicionais nos países do Sul, os malfeitos das medidas de ajustamentos estruturais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial, o funcionamento iníquo do comércio mundial e a parcialidade de seu órgão central, a OMC. Eu gostaria aqui de insistir mais sobre alguns dos efeitos centrais, evidentemente graves, observados e observáveis, daquilo que designo os "novos dados sobre a globalização".

<sup>4</sup> Traduzido para o português **Pós-globalização, gestão e racionalidade econômica: a estratégia do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004 (N.T.).

<sup>5</sup> Termo utilizado para denominar os pensadores que criticam as possibilidades de uma Europa unida sob a bandeira da globalização.

## **A globalização como expansão do capitalismo financeiro, do gerencialismo e do tecnologismo**

1. Não pode escapar a qualquer pessoa – e Joseph Stiglitz mostra e demonstra à exaustão, em particular em **Quando o capitalismo perde o rumo** –, que a globalização não é nada mais que a expansão, em nível planetário, do modelo de capitalismo financeiro à americana e daquilo que chamamos seu "braço armado", o gestor, não menos à americana, ou, ainda, o "gerencialismo". Entende-se por isso que, partindo das concepções atribuídas às instituições de Bretton Woods, depois à doutrina dito do "Consenso de Washington", essa é a perspectiva estritamente neoliberal da economia e de seu funcionamento que acompanharam aquilo que se chamou de "globalização". Isso indica uma concepção em que o cuidado estritamente financeiro supera qualquer outra consideração: tudo o que é custo ou torna-se custo que deve ser combatido a qualquer preço (os serviços públicos, o Estado, a sociedade civil, os bens públicos). A questão principal, na verdade, a única, é a de que o operador financeiro deve ser capaz de fazer o máximo de dinheiro possível e o mais rapidamente possível. É assim, pois, que a própria economia tornou-se um discurso financeiro, e a arte do gerente, a de maximizar os indicadores financeiros, quaisquer que sejam eles.

2. Uma concepção na qual o gerencialismo piramidal, centralizador, gerador de privilégios – mesmo exorbitantes – aos grandes acionistas, aos chefes e "líderes" (em detrimento dos empregados, da natureza e também, freqüentemente, do próprio cliente) seria o único modo de governança e de gestão recomendável, universalmente adaptável e eficaz. E, quando se tem o "livre mercado" e a empresa privada na lista dos únicos agentes eficientes em face da sociedade civil, os Estados passam a ser considerados como quase inúteis devoradores de orçamentos e fazedores de déficits.

3. Uma concepção, finalmente, em que natureza e empregados não são mais do que recursos onerosos, cujos valores devem ser reduzidos, incessantemente. E isso, notadamente pelo viés da substituição, por toda a parte ou onde se puder, do humano pelo robô, pela máquina, pelo computador, em suma, pela tecnologia, e de retardar, ao infinito, o pagamento da fatura ecológica sob o pretexto de empregos a preservar e de níveis mínimos de dividendos a distribuir aos acionistas.

## **A globalização como fracasso do gerencialismo financeiro e como consagração do capitalismo industrial**

Essa globalização, que é a expansão do capitalismo financeiro, do gerencialismo, do tecnologismo é agente de seu próprio fracasso... em virtude, mesmo, des-

sa expansão tríplice. Os signos concretos são tão evidentes quanto dramáticos: os vertiginosos casos da Enron, Tyco, Xerox, AOL-Warner, Nortel, Hollinger até Vivendi e Parmalat vêm do interior do sistema capitalista financeiro à americana, bem como do exterior, por assim dizer, daquilo que pode ser chamado de "globalização" do sistema: o esmagamento sobre si mesmo, o caos do "modelo" argentino.

Cerca de quatro anos atrás não hesitávamos, de acordo com as instituições de Bretton Woods, a apresentar a Argentina como o expoente, o "melhor aluno" do FMI, e como quase o ideal daquilo que se recomendaria para uma boa integração na globalização neoliberal. Esse movimento duplo de colapso interno e externo que, para mim, significa o canto do cisne, tanto da teoria do neoliberalismo espocado pela ideologia dos "Chicago boys" e do "Consenso de Washington" quanto do modelo do neoliberalismo – o capitalismo financeiro à moda americana, representado pelas catástrofes do tipo Enron (movimentos não observados no campo do outro capitalismo, do tipo "industrial", que se encontra no Japão, na Coreia do Sul e no Norte da Europa).

Contrariamente ao capitalismo financeiro, o capitalismo industrial – como Joseph Stiglitz, à sua maneira, acentua fortemente – mostrou sua superioridade ao longo do processo de globalização vivido nos últimos trinta anos. Falamos de uma forma de capitalismo em que o apego ao lado puramente financeiro ou gerencialista – sobre o qual nos referimos acima – não tem mais lugar. A questão primordial do agente econômico não é mais "como fazer dinheiro mais rapidamente possível", mas "como produzir algo ou ter um serviço entre os melhores do mundo, em lugar de sonhar com fazer dinheiro com tal produto ou serviço". E esse é, por um lado, o ponto de vista do engenheiro, do técnico, do produtor mesmo que domina, e "não mais o ponto de vista do financista, do contador"; por outro lado, a direção é dada pela desconcentração, pela co-gestão, pela co-decisão e pela participação. Rompe-se assim o centralismo de "líderes" tão onipotentes e oniscientes quanto inatingíveis.

Em tal contexto, a questão da verificação da gestão, do controle e da auditoria não mais se colocam em termos equivalentes. Verificar se está fazendo o máximo de dinheiro em um mínimo de tempo, sob as ordens e para o benefício de alguns privilegiados não é a mesma coisa que verificar se está efetivamente buscando coletivamente um processo de fabricação que possibilite o melhor produto possível, para, como decorrência, obter-se uma fonte de lucros duradoura.

### **A globalização como a expansão do "lucro que mata o lucro"**

O caso da Enron e de outros gigantes que submergiram nos últimos anos, bem dentro do coração do capitalismo financeiro globalizado, são a prova de seu cará-

ter insustentável e não durável pela simples razão de "perseguição de níveis de lucros que acabam por matar o lucro". O que quero dizer uma vez mais, em total concordância com as propostas do prêmio Joseph Stiglitz, que é "esta globalização" neoliberal – totalmente a serviço dos desejos e das decisões de 'Wall Street', do 'Consenso de Washington' e das grandes multinacionais –, engendrou uma forma de conduta da governança, em geral, e da gestão da empresa, em particular. No caso da governança, a globalização resultou em um recuo sem precedentes (salvo, em medida menor, naqueles países de capitalismo industrial) no papel e lugar do Estado como instância encarregada de velar pela dignidade de seus cidadãos, pela integridade de seu território e da natureza e em relação à soberania da Nação sobre a condução de um projeto de sociedade desejada e sobre a forma de agir dos atores econômicos, nacionais e estrangeiros.

Esse recuo sem precedentes resultou na eliminação do freio que ainda existia sobre o pescoço dos operadores econômicos, que estão agora, por toda a parte, engalfinhados na lógica da busca máxima e mais rápida possível de lucros a curto prazo. É assim que, ao se passar da economia real de produção de bens e serviços, gerando utilidades concretas e palpáveis, para os cidadãos, acabamos por chegar a uma perseguição insaciável da produção pela produção e da multiplicação do dinheiro pela sua multiplicação. Chegamos até àquilo que se convencionou chamar de "nova economia", "economia virtual", "economia das novas tecnologias da informação". Esquece-se, muito simplesmente, de que o virtual e a informação *per se* não produzem "diretamente" nenhuma utilidade, e são mais bulímicos em materiais e energias do que parecem (a fabricação de cada computador necessita, hoje, de cerca de duas toneladas de material bruto diverso!). Produz-se, assim, o inevitável: o inchaço tão rápido quanto totalmente desproporcional da bolha especulativa dos valores do Nasdaq (valores beirando os números incontáveis *strats-up* da economia dita da informação e da internet). O inchaço é de tal forma rápido e enorme que Alan Greenspan, o todo poderoso chefe recentemente aposentado do FED, o Banco Central americano, exprime-se, no fim dos anos de 1990, a respeito das atitudes tolas de "exuberâncias irracionais" que são, na realidade, o capital indo à cata de remunerações sempre mais elevadas e rápidas – sob a embalagem tola da lógica da remuneração máxima dos acionistas acima de qualquer outra coisa – desviando-se de sua vocação de provedor de recursos para alimentar a produção de bens e serviços destinados a fornecer utilidades tangíveis na economia real, para ir na direção de um grave desvio especulativo. Os valores em bolsa das companhias da chamada "nova economia" em relação ao seu valor concreto (ativos, números do negócio, ganhos realizados) ultrapassam qualquer entendimento que se possa ter.

É, então, que, no lugar de caminhar na direção de investimentos produtivos

globalizados, em particular na direção dos países mais pobres, o dinheiro põe-se a especular, no próprio lugar onde se estabelece, no seio dos países mais ricos, provocando então aquilo que eu chamo de "níveis de lucros que matam os lucros". Com efeito, as enormes pressões (da parte dos grandes detentores de ações, dos investidores institucionais) em sustentar e reforçar os impulsos incessantes para a elevação das remunerações das ações e das "opções" (ações reservadas aos membros das altas direções de empresa) levam-nos a tratar o problema da economia mais do lado da oferta e das estruturas de custo, que do lado da demanda e da qualidade – utilidade dos bens e serviços fornecidos. É, pois, uma caminhada da "economia do cassino", pura, para a "bolha especulativa" pura.

Como, porém, os níveis de lucro na economia real começam a estagnar (veremos a seguir alguns desses mecanismos) desde os anos 1980-1990, isso passa a constituir argumentos que se deslocam da maximização dos lucros obtidos com a utilização irrestrita das matérias-primas e dos recursos naturais para a "minimização contínua dos custos". E "a especulação pura" permanece sendo o meio principal para se manter a lógica da espiral ascendente dos ganhos financeiros. Como a demanda efetiva global não vem sendo suficiente para equilibrar a oferta "globalizada" (e ainda menos, gerar mais lucros), foi necessário "atacar os mesmos fatores que permitem que o lucro exista", isto é, a mão-de-obra sempre tratada – e agora mais que nunca – como um custo a ser reduzido antes de qualquer outro, e a natureza, que se vê cada vez mais atacada e contaminada a cada dia em níveis superiores aos processos de recuperação deflagrados.

Dito em outras palavras, o lucro máximo contínuo, como escreveu o eminente economista francês Bernard Maris, "não pode mais se fazer senão sobre os superávits obtidos com os desempregados e com a poluição". O capital acaba assim por atingir lucros que, uma vez ultrapassados, se voltam contra si mesmos, leis de sua própria frutificação e resultado dos sacrifícios dos fatores que permitem sua própria reprodução: o trabalho, o assalariado e a natureza.

### **A globalização como fator de diminuição da demanda e agravamento dos níveis de pobreza**

Não escapa a ninguém que aquilo que dissemos significa simplesmente, *ipso facto*, isto é, uma redução exponencial da demanda global efetiva, forçando assim, uma espiral auto-alimentada de pauperização global, que atinge até mesmo os países ditos desenvolvidos. Isso ocorre, evidentemente, pela necessidade de se aumentar as taxas de desemprego, ou de se deslocar a produção para regiões com salários mais baixos, a fim de assegurar um mínimo de "produtividade" do capital para os investidores, o que acaba por produzir um ciclo de diminuição da

demanda global solvível. O círculo vicioso decorrente é infernal e temível em sua expansão inexorável: combinar estratégias de "emagrecimento" e deslocamentos que acabam por matar, constantemente, um assalariado existente para gerar outro, forçosamente e de maneira "exponencial", mais mal remunerado, menos qualificado, menos exigente, menos protegido. Não é, pois, difícil compreender que o poder de absorção global de produtos e serviços pelos mercados globalizados se restringe, ao mesmo tempo em que os ingredientes indispensáveis à própria produtividade do capital também se reduzem, a começar pelo fator trabalho, que cada vez menos se procura formar, reciclar, qualificar pelo simples fato de que tudo isso é considerado como custos a ser banidos.

O que se esquece, contudo, é de que sem a expansão do assalariado e sem a continuidade do esforço de qualificação da mão-de-obra, a globalização dos negócios coloca a vela a queimar pelos dois lados: elimina progressivamente os excedentes que se revertem para os mercados e reduz a capacidade da mão-de-obra (internacionalmente tornada intercambiável e transportável de acordo com os caprichos a curto prazo dos investidores) de assegurar um mínimo sustentável de produtividade. Uma mão-de-obra globalizada, colocada em competição selvagem consigo mesma e utilizada segundo os critérios e as exigências de flexibilidade, de precariedade, de especializações neotayloristas, de sub-remuneração, de insegurança absoluta relativamente ao dia seguinte, de estresse e de sobretrabalho contínuo, não pode, em nenhum caso, ser uma mão-de-obra plena de motivação, entusiasmo e produtividade.

Ora, antes de tudo, é a isso que servem as possibilidades multiplicadas de deslocamentos que a globalização permite: o emprego irá até onde os trabalhadores puderem suportar tratamentos tão desumanos, onde há menos sindicatos, menos proteção, menos obrigações de formar empregados e onde os Estados são menos ciosos, desde o modo de tratamento da mão-de-obra até a superexploração da natureza. É certamente isso que fez o presidente da França, Jacques Chirac, ao declarar sua inquietação, em alto e bom som, no início de 2004, no sentido de sentir-se "muito preocupado ao ver uma França desenvolver-se sem fábricas nem escritórios", e que, em outubro de 2005, apela por uma "intervenção direta e forte" da Comissão Européia contra movimentos, tais como os da multinacional Hewlett-Packard, que anunciou a dispensa de mais de quinze mil pessoas na Europa por um motivo só – "lucros insuficientes".

Com efeito, é fatal esse sentimento forte de inquietação, quando as empresas, além de promoverem fusões e concentrar e dispensar todos os azimutes, põem-se a querer (como declarou recentemente, a direção da empresa Alcatel) "ser produtores sem trabalhadores, nem escritórios, nem fábricas". Se isso quer dizer algo é que a economia tende, cada vez mais dramaticamente, a "se financiarizar na

direção da globalização sob a ótica do neoliberalismo" e que as empresas desejam, cada vez mais, ser "holdings financeiros", buscando antes de tudo um modo nômade de produção, onde as fábricas e outros lugares concretos de fabricação não sejam mais do que redes virtuais, provisoriamente subcontratadas e infinitamente substituíveis.

Os casos da Enron, da Vivendi, da Parmalat e outros nos mostram, de forma inquietante, uma visão daquilo que perigosamente o capitalismo financeiro tende a se transformar no movimento globalizante: uma mecânica pura e simples de produzir dinheiro pelo simples prazer de produzir dinheiro e, para isso, não deixa de inventar mecanismos diversos. É o que cingidamente é chamado de "contabilidade criativa". Essa é, sem dúvida, uma das mais graves recaídas da globalização neoliberal. O econômico não somente se separou definitivamente do social e do político (as leis do mercado livre e todo-poderoso se impondo acima das nações, dos povos e das fronteiras entre países), mas se transformou numa especulação quase mafiosa, pouco olhando os meios para chegar lá, desde que se continue a aumentar incessantemente a remuneração das ações das empresas. Joseph Stiglitz, no livro **Quand le capitalisme perd la tête**, descortina, a dar vertigem, as práticas de "criação fictícia de lucros", o grande sucesso da Enron.

A questão que aqui nos interessa não é a de seguir os tortuosos meandros das traficâncias financeiras e contábeis baseadas sobre falsos comandos, honradas por falsas entregas, falsas empresas, distribuídas por falsas filiais etc., mas de tentar compreender por que esses tipos de empresa lá chegam e por que isso se produz bem mais no campo do capitalismo financeiro do que no campo do capitalismo industrial.

Acredito que seja bastante fácil compreender, agora, em seqüência às análises anteriores, que quando o capital busca degradar os próprios fatores que permitem a sua existência e fazer lucros, e uma vez "que há limites na extração de vantagens das demissões de empregados e nos relatórios das faturas ecológicas", ele é impulsionado a simplesmente "inventar transações e vendas e declarar lucros fictícios". Este jogo, que vai até mesmo desviar a vocação e a própria função da auditoria, sem satisfazer os clientes nem produzir para atender a uma demanda real e satisfazer necessidades, consegue "unicamente produzir mais rendimento por cada ação da empresa". A enorme bolha produzida pelas empresas do setor de novas tecnologias dos anos de 1990 e a derrocada, não menos significativa, do início dos anos 2000, mostra-nos a razão pela qual as maiores firmas da economia globalizada clamam pela desregulamentação – a necessidade de ser as primeiras a entrar num setor novamente desregulado, promover a especulação das ações na Bolsa, vendendo-as no topo da curva, mesmo que para isso tenham que deixar multidões de desempregados e de pequenos acionistas arruinados.

A globalização neoliberal e seu terrível aborto chamado de "nova economia" ou "economia virtual" colocaram sobre os mercados mundiais montanhas de dinheiro artificial que, não tendo mais correspondentes equivalentes na economia real (empregos, produtos e serviços – utilidades concretas), evidentemente não podem ser o motor de embalagem de uma economia-cassino internacionalizada – incontrolável e mais destrutiva que benéfica. É o testemunho, verdadeiro e alucinante de uma heresia econômica, os "crescimentos sem emprego", como se pode constatar pelos aumentos dos índices da Bolsa, dos PNBs, dos PIBs acompanhados de estagnações e reduções no trabalho, em países como os Estados Unidos e a França, deixando milhões de pequenos acionistas arruinados, milhões de pessoas fora do campo de trabalho em razão do desemprego estrutural em países desenvolvidos e milhões de trabalhadores em situações precárias – sub-remunerados em países não desenvolvidos, não podendo nem alimentar-se, nem procurar saídas necessárias a um equilíbrio sadio em relação à oferta, à demanda solvível e ao crescimento ótimo.

### **A globalização em direção a uma "economia sem trabalho" e como um sistema de "restrições duplas" e de contradições impostas aos gestores**

O trabalho tornou-se, na ordem neoliberal globalizada, sobretudo um custo, e a empresa, uma instituição voltada à satisfação estrita dos desejos de maximização acelerada dos lucros dos acionistas, fazendo com que assistamos, agora, à concretização dos temores mais importantes expressos por Karl Marx diante da inexorável necessidade de o capital ir sempre na direção do gigantismo (fusões e aquisições) e recorrer ao "trabalho morto" (maquinários, computadores, robôs) para manter essa outra necessidade que se impõe: empurrar sempre para cima o percentual de lucros.

É isso que os economistas denominam de "lei da baixa tendencial do percentual de lucros". Trata-se, com efeito, de uma "lei" tão incontornável na Economia quanto a lei da gravidade na Física. Uma lei de ferro, que mostra como é indispensável para o capital, na medida em que ele se concentra em firmas gigantes e que cruzam fronteiras nacionais, impelir de forma constante e para cima a relação entre meios mecanizados de produção em relação à mão-de-obra utilizada. Elevar essa relação não faz senão aumentar a estrutura de custos, uma vez que os custos fixos por posto de trabalho aumentam proporcionalmente, ao passo que a capacidade de separar o valor adicionado diminui (pode-se dizer que se pode agregar mais valor ao fator trabalho "vivo" pelo corte da quantidade de sobretrabalho/inventividade extraída do trabalhador, do que sobre o trabalho "morto", repetitivo e fundado cada vez mais no capital fixo).

Além disso, as depreciações se aceleram, uma vez que a renovação mais rápida dos meios mecanizados de produção é praticamente a única possibilidade de manter alguma vantagem comparativa. Nada resta então a não ser fixar-se sobre os custos da mão-de-obra, único fator que se pode comprimir até quase o infinito, individualmente (simplesmente exigindo mais sobretrabalho e mantendo o salário constante) e coletivamente (com planos de racionalização dos efetivos, com terceirizações).

Essa lei se efetiva de forma tão intensiva e grave que acabamos entrando, como na era de "tudo informatizado", desde os anos de 1990, numa fase em que os meios de produção devem ser cada vez mais frequentemente renovados antes mesmo de terem sido amortizados; os ciclos da obsolescência – renovação se aceleram. Acelera-se também a necessidade de se recorrer ao trabalho sem trabalhadores, à produção sem empregados. Estamos no pleno apogeu da fase de evolução da economia (globalizada), na qual a maioria dos produtos é fabricada por produtos fabricados.

O ser humano não é considerado necessário, a não ser quando ele é menos dispendioso do que uma máquina, ou ainda quando ele serve para a manutenção ou para a pesquisa e o desenvolvimento. Fomos invadidos por coisas manufaturadas que manufaturam outras coisas. Mas, ao mesmo tempo, o cérebro humano, com a sua capacidade única de ajudar no processo de inovação e na detecção das falhas e das disfunções, na criação de valor de uso para o consumidor, parece mais indispensável do que nunca. Não se pode simplesmente sonhar com uma economia em que as coisas manufaturadas produziram coisas manufaturadas, demonstrando certa capacidade de inventividade.

Do outro lado do espectro, esse mesmo ser humano é também indispensável como consumidor, e isso em escala de globalização da economia. À produção globalizada deve corresponder um consumo globalizado. Contudo, os robôs e outras coisas fabricadas que fabricam e produzem coisas distribuídas em mercados mundiais, além de não serem tão criativos, também não podem produzir excedentes via consumo.

O ser humano se mostra tão incontornável como fonte de "trabalho vivo" quanto como assalariado e consumidor. Mas, lamentavelmente, a espiral embalada da corrida rumo à maximização dos dividendos encontra os gestores em situações de restrições duplas e de contradições. Eles devem, por toda a parte e sempre, encontrar, buscar, inventar... as possibilidades de substituir o assalariado pela máquina: a pressão pelo tecnologismo desenfreado que acabou sendo sinônimo de produtividade. Mas, ao mesmo tempo, vis-à-vis os que escaparam dos programas de fusões e aquisições, de *downsizings*, de reengenharias, esses mesmos gestores devem comportar-se de forma "mobilizadora e motivadora", fazendo crer até o úl-

timo momento que ninguém será o seguinte no caminho do *bulldozer* globalizado de eliminação do trabalhador – um fator de custo. Crer e fazer crer que “o capital humano é o capital mais precioso”.

Jamais, a mim me parece, os gestores foram submetidos a processos tão esquizóides e a jogos sem fim de colusões e formações reativas, naquilo que é deles exigido em relação a seus empregados. Assim, faz-se deles sócios vigilantes, inventivos e entusiastas de programas de qualidade, pelo *just in time*, pela boa satisfação do cliente, ao mesmo tempo em que tudo se faz também para substituí-los por robôs e impeli-los na direção dos limites do suportável em termos de estresse e de exigências de resultados. Tentar maximizar a satisfação do acionista, do cliente e do empregado, ao mesmo tempo, é um oxímoro lógico e uma impossibilidade física. É uma missão tão impossível quanto a de maximizar, de uma só vez, o valor de uso (satisfação do cliente) e o valor de troca (satisfação do acionista).

### **A globalização como fracasso: o setor terciário não mercantil como motor da economia, impulsionada na direção da exploração dos bens comuns**

É bem conhecido na teoria econômica que existem dois setores terciários: um chamado mercantil e outro não mercantil. O primeiro é o tradicional setor de serviços, que inclui atividades como transporte, hotelaria, alimentação; o segundo é composto pela administração pública, pela defesa, pela justiça e tudo o mais que se relacione com a indústria “do lazer”. Apesar das ameaças contínuas das privatizações e das transferências das atividades do Estado e do bem comum para os interesses dos negócios privados, o que mais nos interessa especialmente aqui é o “setor terciário não-mercantil baseado nas indústrias da informação e do entretenimento”. Esse setor, mesmo submetido aos jogos e às regras dos negócios e do mercado, “não pode simplesmente buscar alimento em si próprio, e, menos ainda, pode alimentar-se dos outros setores da economia”. As razões para isso são simples: para se distrair sobre um campo de golfe, ou usufruir dos benefícios da internet, do DVD, das salas de cinema, do satélite, dos jogos eletrônicos, é preciso, primeiramente – pressupostos incontornáveis – habitar, vestir-se, alimentar-se, deslocar-se. A economia real, a das utilidades concretas, vem antes, e permite, a seguir, a economia do lazer e do intangível. Ora, com a globalização neoliberal e seus cortejos ao virtual e à “financiarização” da economia que a acompanha a prazos muito curtos, acreditamos que hoje boa parte da economia repousa sobre as indústrias do intangível, sobre a dita “nova economia” ou “economia da informação”. Essa foi a bolha maluca dos valores do Nasdaq, que, como se sabe, conheceu seu Waterloo com as falências em cadeia do início dos anos 2000. Acreditamos que essa nova economia não somente se bastaria a si mesma, mas também iria

tornar-se o motor da economia, em geral. Colocar à disposição de todos, fato sem precedentes na história humana, a informação e seus derivados, deveria colocar todo o planeta no mesmo diapasão do desenvolvimento generalizado.

A meu juízo, o que se passou, durante os anos de 1990-2002, com essas ditas nova economia e novas tecnologias da informação, foi exatamente o que se passou, durante os anos de 1970, com as falsas esperanças colocadas nas tecnologias do audiovisual, como os NTICs, que deveriam trazer todos os conhecimentos, espalhando-os por toda a parte, pela via da transmissão a distância, de forma tal que os países poderiam educar-se, industrializar-se, desenvolver-se. A única variável que evoluiu foi a velocidade, a instantaneidade da transmissão. Mas (ai de mim!), nos dois casos, cometeu-se o mesmo erro fundamental: "A informação ou o conhecimento, por si só, não são fatos econômicos concretos – positivos – nem recursos". Ao contrário, são prioritariamente um custo. Eles são inicialmente um custo (de produção, de transmissão, de conexão, de encaminhamento), para somente depois tornarem-se utilidades verdadeiras e concretas na economia real (infra-estruturas, instalações de produção de que se tem tanta necessidade no Terceiro Mundo). Assim, a "informação e o conhecimento devem ser transformados pela utilização de bens e serviços de dois outros setores da economia tradicional: a primária e a secundária".

Essa é uma evidência que a ideologia da globalização neoliberal parece ter ignorado, perigosamente. Para proporcionar uma imagem trivial da importância do argumento aqui apresentado, precisamos dizer que nenhum programa de computador ou conteúdo informático *per se*, por mais refinado que porventura seja, não permitirá a nenhuma parcela da população, privada de água ou de proteínas, dispor de uma barragem para irrigação ou de frangos para alimentar-se. Não é de informações sobre barragens ou sobre frangos que o mundo sedento e faminto tem necessidade absoluta; a necessidade é de reservatórios de água, de infra-estrutura de irrigação, de viveiros construídos e equipados, de antibióticos e de farinha para poder criá-los. Ora, tudo isso parecer ter-se passado como se poder dispor de acessos às "autovias da informação" fosse permitir, por esse simples fato, o acesso à infra-estrutura e aos equipamentos reais – concretos, aos quais essa informação se refere.

Tudo se passa como se as duas revoluções precedentes da modernidade econômica, a chamada Revolução "Industrial" do século XVIII-XIX e a chamada de mecanização – automatização – robotização de meados do século XX, e essa que conhecemos, agora, na passagem do século XX para o século XXI, a chamada revolução "da informação" e a revolução "do conhecimento", todas se configurassem como uma traição às promessas de proporcionar ao conjunto da humanidade mais trabalho, mais conforto, mais meios para se alçarem, todos, na direção de níveis de vida mais abastados.

Como tal poderia ocorrer, mesmo admitindo a equação "acesso à informação = desenvolvimento", se de fato apenas 5% dos habitantes do Terceiro Mundo dispõem de capacidade física básica para conexão à internet? As coisas se agravam de forma singular quando se combina esse fracasso com o fato de o setor terciário não mercantil ter tomado a dianteira dos setores primário e secundário, dois setores tradicionais da economia. Com efeito, os setores primários (extração direta de matérias-primas básicas) e secundário (transformação manufatureira) são, desde mais de meio século, grandemente prejudicados e comprometidos pelos limites físicos de exploração dos recursos naturais (há limites à extração sem fim dos peixes dos mares ou da madeira das florestas), como também pelos limites de se fazer subir os níveis de consumo do Ocidente industrializado (a vontade de manter os percentuais de lucro, ou, o que é pior, a vontade de maximizá-los ao infinito, "minimiza forçosamente os níveis de salários pagos" e impede as maiorias de ter acesso a um poder de compra compatível com uma demanda efetiva global igualmente solúvel).

Se acrescentarmos a essas dificuldades, de resto dificuldades estruturais, seus efeitos sobre a pressão contínua para a redução dos empregados, da demanda e do consumo globais, como já se viu acima, então outra e terrível "nova dona" da globalização neoliberal nos atinge frontalmente, em escala planetária! Aqui também o mecanismo é relativamente simples de compreender: diante da impossibilidade de alimentar os níveis máximos de lucros desejados pelos investidores, sem dar atenção ao assalariado e à demanda real, os meios de negócios (ou meios financeiros) se voltam de forma maciça para a especulação nas Bolsas.

Todos os meios parecem bons para fazer subir, sempre mais rápido, o valor das ações, sem nenhum cuidado ou olhar para o que se passa na economia real. Pior ainda: os círculos financeiros tornam-se grupos de pressão – muito poderosos – que operam junto aos gestores para agravar sempre mais a louca espiral "taxas de lucros que matam o lucro", pelo simples fato de que demissões maciças, baixas repentinas dos preços das matérias-primas, relatórios incessantes de cobranças ecológicas transformam-se logo em "altas dos valores das ações". É então que os círculos das Bolsas e das finanças pioram as condições econômicas globalizadas e transformam-se em inimigos das empresas, dos gestores, do emprego, do desenvolvimento sustentável equitativo e da retomada econômica! Tudo isso explica-se pelos comportamentos ditos de "antecipação racional" desde que haja sinais de retomada econômica e, assim, com toda a lógica, das taxas de emprego os círculos da Bolsa e das finanças "antecipam" uma decisão de alta nas taxas de juros por parte dos Bancos Centrais (dado que o aumento do emprego pode significar alta nas taxas de inflação) ou, as taxas bancárias aumentam, o que significa movimento de poupança disponível preferencialmente para depósitos bancários, e não para emprego na compra de ações em Bolsa.

Tudo isso, por outro lado, significa movimento de baixa dos valores das ações, porque se incentiva a demanda mais para os bancos do que na direção da Bolsa. É assim que os investidores (de resto, os maiores, que têm mais a perder com a menor flutuação de preços) se põem a vender *por antecipação*, antes que a baixa dos títulos não se torne demasiado importante. Mas, isso fazendo, esses mesmos portadores fazem pesar, sobre a empresa, cujos títulos estão à venda, uma ameaça de repentina subcapitalização e de fuga ainda maior de acionistas atuais ou futuros, de baixa dos títulos, etc. O "remédio" ditado pela lógica da frutificação maximalista do capitalismo financeiro é assim tão absurdo quanto destrutivo: demitir, reestruturar, promover uma fusão com outra empresa rapidamente e no mais alto grau. É assim que o agravamento do desemprego tornou-se sinônimo de ganhos para os acionistas. E é também como a mecânica econômica da globalização neoliberal torna-se exponencialmente contraprodutiva.

Sistematicamente, os valores das ações sobem desde o anúncio das demissões e o fechamento de unidades. É assim que se coloca um primeiro agravante para a filosofia e a vocação da função da auditoria (seja ela interna, seja ela externa): deve ela supervisionar e encorajar ao máximo os ganhos dos acionistas a curto prazo como indicador principal de boa governança e sábia gestão? Ou, ao contrário, deveria ela velar para caucionar e encorajar uma governança que garanta a durabilidade, o longo prazo, o equilíbrio entre os valores das ações, do trabalho, das salvaguardas da natureza? Esse é o terrível círculo vicioso que minou a economia americana durante os anos 1990 (e continua sob a administração ultraliberal de Bush II, como o definiu Stiglitz), e que mina, no atacado, as economias dos países ditos avançados (em menor medida, entretanto, para aqueles que adotam o capitalismo indústria, como se verá a seguir).

Quanto aos países em desenvolvimento, os do Terceiro Mundo, é suficiente sonhar com medidas ditas de "ajustamentos estruturais" e com seus desastrosos resultados (CHOSSUDOVSKY, 2004; STIGLITZ, 2002, 2003; AKTOUF, 2002; GALBRAITH, 2004; SAUL, 2004) para nos darmos conta da maneira como funciona outro círculo vicioso: este aqui, com um exemplo da Argentina como demonstração da espiral da queda dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas sob pressão para exportação maciça para honrar as dívidas e os serviços da dívida, da deterioração acrescida dos termos do intercâmbio Norte-Sul, da queda endêmica das moedas locais em face das divisas internacionais, etc. É um círculo vicioso que impele metade da humanidade a contentar-se com menos de dois dólares ao dia e por pessoa para viver (eram três dólares em 2002!); com o Terceiro Mundo a comerciar cada vez menos no sentido Sul-Sul e cada vez mais no sentido Norte-Sul, vendo o campesinato e o artesanato desaparecer em proveito de produtos importados, menos caros e adquiridos por intermédio das multinacionais da agro-

indústria; ver o êxodo rural maciço, que vem agravar a pressão sobre a urbanização selvagem e seus cortejos de males econômicos e sociais. O agravamento dos dualismos, isto é, dos fossos econômicos, culturais entre o setor chamado de "moderno": minorias urbanizadas e ocidentalizadas, e setor chamado de "tradicional": zonas atrasadas, campanhas, campesinatos (GENDARME, 1967; NELL, 2004) é um fato gritante, mais do que nunca, uma forma de *handicap* que cresce sem cessar, que não faz senão recuar para cada dia mais longe a miragem do alcance pelos países em desenvolvimento do Ocidente desenvolvido.

O movimento ascendente de pauperização geral, aí compreendidos os países mais ricos com os USA em primeiro lugar, onde, desde a era de Bush II, não somente todos os indicadores "fundamentais" estão no "vermelho", em déficit orçamentário, até o déficit comercial, passando pela enormidade sem precedentes da dívida total, mas também onde o emprego conheceu um recuo – admitido – de mais de dois milhões de postos, e onde mesmo os empregados, cada vez menos cidadãos, têm dificuldades para sobreviver e afundam na pobreza (EHRENREICH, 2004), tudo isso empurra evidentemente o poder de consumo para baixo, mas também e sobretudo levam as empresas a alcançar e a ultrapassar em muitos casos (madeira, pesca, cereais, diversos minerais, petróleo) o nível de equilíbrio permissível entre exploração e renovação. Isso, por seu turno, impulsiona a se tentar uma volta para a exploração comercial de bens, até esse momento considerados como não comerciais, ou "bens comuns".

O exemplo mais espantoso é o dos recursos hídricos que, cada vez mais, com o avanço da globalização neoliberal, des *diktats* da Organização Mundial do Comércio, com o apoio sem precedentes do Nafta e as premissas da futura Alca (que a Administração americana queria colocar em vigor desde janeiro de 2005) tende a tornar-se uma "mercadoria como as outras", entregue "à cupidez múltipla" das multinacionais e do setor privado. Comentamos isso, sem ousar falar da saúde, da educação, da cultura, da habitação em condições mínimas satisfatórias, dos programas sociais em geral, da pesquisa científica e por vezes mesmo de setores como o da Justiça! No estado americano do Texas, por exemplo, onde as prisões são negócios particulares, encontra-se também recenseada a mais alta densidade de prisioneiros por habitante, no mundo inteiro. Toca-se aqui no que é intocável: nos bens essenciais. Não somente eminentemente "públicos" e "comuns", mas indispensáveis ao estado de dignidade da pessoa humana. Encaminha-se, assim, e é esse um dos dados mais cínicos e mais desumanos da globalização neoliberal, para o comércio "livre" de tudo? Incluem-se aí os elementos próprios à dignidade humana? Parafraseando o detentor de prêmio Nobel Joseph Stiglitz, eu diria: "O livre comércio não é a liberdade de comercializar tudo, não importa o quê".

## **A globalização "paradoxal": a necessidade de "outra filosofia" da auditoria e da Responsabilidade Social Empresarial?**

Se é que existe um lado "positivo" dessa globalização neoliberal, esse seria sem nenhuma dúvida o fato de ter permitido confrontação mais ampla e mais aberta entre os dois pólos maiores do capitalismo mundial: o capitalismo financeiro de um lado e o capitalismo industrial de outro. Essa confrontação é, de fato, um dos próprios componentes da globalização. Trata-se, em nível mundial, da guerra de preços entre produtos e serviços de cada um dos dois capitalisms. Contudo, em razão de sua lógica fundamental de maximização do valor exclusivo de troca, o capitalismo financeiro não conhece outras formas de aumentar sua competitividade senão pela redução dos custos, já que lutar pela qualidade e pelo valor de uso representa investir, a curto e médio prazos, e isso revela, em sua ótica, redução dos ganhos dos acionistas, o que não é evidentemente tolerável em regime no qual o financeiro tornou-se absoluto, visto que sua estratégia sistemática seria cortar, reduzir, eliminar, subcontratar... a fim de vencer o adversário no campo da luta de preços.

Essa é uma lógica de vista curta e suicida, já que a busca da fidelização do consumidor não se entende que seja unicamente os preços baixos. O que o consumidor busca é uma "relação máxima qualidade – desempenho – durabilidade/preço". Nesse jogo, o capitalismo financeiro é totalmente desmuniado e amplamente incapaz ante as empresas do capitalismo industrial que invadiram o planeta desde o fim da Segunda Guerra Mundial com o Plano Marshall e posicionaram-se precisamente por sua capacidade de elevar essa relação.

Foi o resultado de longos anos de investimento sem retorno, ou quase sem, de qualificações incessantes da mão-de-obra, de paciência antes de ver aparecer os primeiros benefícios, e sobretudo, de paciente, metuculoso e perseverante esforço no processo de qualidade. É então que, desde aproximadamente a metade dos anos de 1980, a voga da "qualidade total" invadiu as oficinas, as fábricas e as escolas de gestão. Infelizmente, esquece-se de que qualidade, desempenho, durabilidade de produtos e serviços que provêm dos países do capitalismo industrial, tais como Japão, Coréia do Sul, Alemanha, Escandinávia,<sup>6</sup> não existem senão como resultantes de longas tradições de filosofias e de culturas do trabalho acentuadamente mais comunitários, muito menos individualistas e exclusivistas, muito mais redistributivos das riquezas produzidas, muito mais participativos. É-se tentado a crer que não se trata de "receitas gerenciais" que convém importar e adap-

<sup>6</sup> Ainda em 2005, a maior parte desses países do Norte da Europa e do Sudeste da Ásia são classificados entre os primeiros mais "competitivos" do planeta, com a Noruega e a Finlândia em primeiro!

tar, sem desferir um golpe sobre o plano das taxas e da destinação dos lucros, as relações de trabalho, os processos de tomada de decisão.

Hoje não foge a ninguém que o desfecho dessa guerra, que terá durado uns bons 30 anos, é aquilo que Saul (2004) denomina "o colapso do globalismo": a queda da globalização do tipo neoliberal simplesmente. Essa queda, já vimos, firmada no interior do sistema pelas desgringoladas da Enron e de outras empresas, e do exterior pelo caos argentino... mas também, acrescenta John Ralston Saul, pelos acontecimentos imprevistos, inesperados, "ilógicos" segundo cânones e critérios da economia – gestões neoliberais, de países como a Malásia, ou por razões similares ainda que em outra escala, de país como a China. Tudo isso terá considerável importância quando se busca tratar as questões de "filosofia da auditoria e da RSE", que assim resumimos:

1. O movimento de evolução – conquista da globalização neoliberal consagra a supremacia dos produtos e serviços com alta relação qualidade/preço;
2. Esse gênero de produtos e serviços pertencem mais aos países do capitalismo industrial que aos países do capitalismo financeiro;
3. A característica principal dos países do capitalismo industrial é a redistribuição ampliada das riquezas produzidas, a relativa igualdade entre pesquisa e maximização de valor de troca e de valor de uso (os dividendos distribuídos não ultrapassam o valor residual real capitalizado da empresa) e a participação – concertação entre gestão e empregados de todos os níveis;
4. Os países que se saem melhor entre os do Terceiro Mundo são aqueles que sistematicamente voltaram as costas às prescrições do FMI e da ordem neoliberal: desde a proteção de seus mercados às políticas de taxas de juros e de paridades monetárias, como aquilo que se faz – e se continua a fazer, por exemplo, na Malásia e na China.

É pois a se constatar o fracasso a que somos conduzidos. Fracasso da ordem neoliberal e de sua "globalização" nos níveis planetário e macroeconômico, e, igualmente (o que em si me liga amplamente ao Prêmio Nobel Stiglitz, em seu segundo livro), daquilo que eu chamo de "braço armado" do neoliberalismo: a gestão à americana e, logo, ao conjunto da filosofia administrativa que a acompanha, aí compreendidas as questões de auditoria.

Eis-nos pois, no presente, dever nos debruçar sobre aquilo que eu denomino de "filosofia da auditoria e da RSE", empreender uma reflexão sobre os liames que se pode fazer, inevitavelmente, entre questão de "verificação de boa conduta corporativa" e responsabilidade social das empresas. É evidente que essa reflexão que vamos fazer sobre as questões de auditoria e de responsabilidade social não podem se colocar em termos de confrontação – comparação entre aquilo que se faz sob a ideologia neoliberal e aquilo que se faz sob ideologias mais do tipo eco-

nomia social (Norte da Europa e Sudeste da Ásia) ou ainda francamente antiliberal como na Malásia ou na China.

## A AUDITORIA E A INSPEÇÃO: FILOSOFIA, ORIGENS, EVOLUÇÕES E "CONTEXTOS" DA AUDITORIA

Digamos de saída que não trato aqui dos métodos, das técnicas e dos critérios de eficácia da auditoria. Muitos especialistas infinitamente mais autorizados do que eu na matéria são capazes de tratar esses aspectos. O nível de minha reflexão é "de caráter filosófico", isto é, "relativo a questões de concepções, de princípios, de contextos e de ideologias subjacentes". A problemática da auditoria, quer seja ela interna, quer seja ela externa, não é colocada em termos de componente prático ou de procedimentos da função global de governança – "mas como parte de um conjunto que engloba e que se apóia, na própria concepção do projeto econômico, dos papéis e lugar do agente econômico no quadro da concepção da sociedade, do mercado".

### **Auditoria e generalidades sobre a filosofia da auditoria**

O termo auditoria provém do latim *audire*, que significa "escutar". A filosofia daquilo que iria se tornar uma prática importante nos quadros da governança e da gestão contemporânea pode ser analisada regredindo bem longe na história da humanidade. Assim, já ao tempo dos sumérios do segundo milênio antes de Cristo, já se tinha compreendido a utilidade de estabelecer uma informação "objetiva" entre parceiros econômicos. O código de Hamurabi mencionava explicitamente a obrigação de utilizar um modo de registro das transações, que se qualificaria hoje sem hesitação, de verdadeiro "plano contábil", com indicações das normas de apresentação que deveriam servir de fiadoras para as comunicações de ordem financeira e contábil. Desde o terceiro século antes de Cristo, os governadores romanos nomeavam oficiais encarregadas de controlar as contabilidades de todas as províncias e de relatar os fatos perante uma assembleia centralizada. Nessa história das trocas entre os humanos, pode-se constatar o cuidado fundamental que constitui-se para mim o nó daquilo que chamo a "filosofia da auditoria", ou seja, "instaurar as bases, tão objetivamente quanto possível, que permitam a construção de relações de confiança entre pessoas entrando em relacionamentos de trocas ou das relações entre autoridades sociopolíticas e cidadãos que estabelecem transações entre si, quer seja entre eles próprios ou com o Estado".

Na época Merovíngia (4-3 antes de Cristo), havia aqueles que se chamavam os *missi dominici*, ou "enviados do Senhor", que percorriam os campos e as vilas pa-

ra se assegurar da boa conduta nos negócios e daquilo que as autoridades centrais pudessem "ter confiança" no que se declara em termos de trocas, o que se efetiva e o que retorna aos "senhores". Na época Carolíngia, notadamente sob o reinado de Carlos Magno, são reforçados os estatutos e as competências desses *missi domini*, transformados em enviados do rei e encarregados de investigar, particularmente, os abusos fiscais. São geralmente os eclesiásticos – leigos que têm o encargo de controlar o bom funcionamento da administração local e a remessa de relatórios ao rei. Foi em 1285, na Inglaterra, que se vêem as constituições do rei Edward I falar claramente da "auditores de contas", que deveriam examinar as contas dos recebedores de fundos do rei.

Enquanto no mundo árabe e muçulmano, ao redor do século 12, generaliza-se uma função pouco conhecida, mas muito aparentada com aquilo que chamamos aqui de auditoria (ainda que com um espectro de ação aparentemente mais amplo), a "função de Mouhtassib", espécie de *missi dominici*, vinda das mais altas autoridades e encarregada de "velar, nos *souks*, mercados e bazares, relativamente às codificações que impedem os abusos da supervisão dos corpos de ofícios e da repressão dos delitos de fraude cometidos por vendedores e produtores" (LÉVI-PROVENÇAL, 2001). Se voltarmos ao Ocidente, será preciso aparentemente esperar 1921 para ver surgir a "função mesma de auditoria dita 'interna' cuja missão consistia" essencialmente em efetivar uma boa parte do trabalho preparatório necessário àquilo que os escritórios de auditoria externa pudessem fazer a sua prestação de contas de forma "não interesseira, confiável e objetiva sobre a autenticidade e a justeza das declarações de atividades e os resultados".

O movimento na direção da implementação e da generalização de funções de auditoria interna fará nada mais que se reforçar com as crises e dificuldades econômicas que as empresas conhecerão – com o apogeu ocorrido em 1929. No início dos anos de 1960 é que se vê aparecer na França o desencadeamento da auditoria interna, ainda muito amplamente marcada, e essencialmente, pela lógica do controle contábil. Entretanto, em um ou dois decênios, pode-se ver campos de aplicação da auditoria interna se ampliarem, para cobrir, de maneira geral e sucessivamente, o setor comercial e logístico, o setor da produção, da informática, e da estratégia de empresa e sua coerência com as práticas de gestão de pessoal. O que identifica os três grandes tipos de auditoria que se conhece: aquele dito de "regularidade" (as questões de respeito regular das regras da empresa, o chamado de "conformidade" (em relação às disposições legais mais gerais), e, enfim, o que se denomina de "efetividade" ou de "desempenho" (o grau de alcance dos objetivos, os saberes profissionais e a fluídica "eficiência" de seus usos).

O que se vê, pois, bem nitidamente, é que a filosofia e a missão da auditoria interna estenderam-se progressivamente para cobrir até as questões de estratégia e

de gestão da empresa, tudo partindo sempre do mesmo princípio de base que se pode chamar por "necessidade de relação de confiança" e "necessidade de conformidades – coerências" entre o que é dito, o que é planejado e o que é realizado e, afinal, declarado.

### **Diferenças e laços entre auditoria interna e auditoria externa: da inspeção à SER**

A auditoria interna é, normalmente, uma atividade independente e "objetiva", que visa a dar a uma organização segurança sobre o grau de domínio e maestria de suas operações, bem como fornecer aconselhamentos e sustentação para melhorá-los, e, ainda, contribuindo para a "criação" de valor. Assim, ela ajuda a organização a alcançar seus objetivos por meio da avaliação sustentada na abordagem sistemática e metódica, da gestão de riscos e da governança. A auditoria interna é uma atividade de controle e de consultoria que tem por objetivo melhorar o funcionamento e o desempenho, e, portanto, é uma atividade propriamente estratégica. A auditoria interna é normalmente exercida no interior da organização, ainda que seja necessário, por vezes, recorrer a prestadores externos a ela. Assim, deve ser, por vocação, uma atividade independente, e ligada à direção-geral. Centrada sobre os desafios maiores da organização, sua missão "de expressão de garantia" envolve a avaliação do conjunto dos processos, das funções e das operações, em particular sobre os processos de gestão de riscos e de controle. A auditoria interna pode ser uma atividade efetuada completamente no interior da empresa, ou com a ajuda de uma comissão composta de pessoas internas e de consultores externos, ou, ainda, completamente confiada a consultores externos.

A auditoria puramente externa consiste em uma prestação de serviços efetivada por uma organização juridicamente independente da empresa auditada. O auditor externo certifica o estado das contas com a intenção de todos os que disso têm necessidade: acionistas, banqueiros, autoridades. Sua missão essencial é a de certificar a regularidade, a sinceridade e a imagem fiel das contas e resultados financeiros. Engloba, assim, tudo o que concorre para a determinação de resultados: desde a elaboração dos balancetes financeiros até a fraudes que incidem sobre os resultados. Profissão liberal independente, a auditoria externa é, normalmente, uma atividade intermitente, realizada em momentos privilegiados, particularmente específicos para a certificação das contas da empresa auditada.

No início do século 20, a necessidade de emitir um julgamento sobre a validade global dos demonstrativos financeiros aparecia paralelamente à pesquisa de fraude ou de erros (em virtude do forte crescimento e do tamanho exagerado das organizações), na função auditoria: os métodos de sondagem por amostra, por

oposição à sua verificação detalhada, aparecem. Depois da metade do século 20, a auditoria externa parece tender a se limitar à emissão de um julgamento sobre a validade dos balanços anuais. Entretanto, a importância dada à revisão dos procedimentos de funcionamento da empresa aumenta progressivamente a ponto de hoje tornar-se primordial. É importante precisar, aqui, que, no contexto europeu, e francês em particular, a "legislação não permite o envolvimento do auditor nas decisões e atividades diretas de gestão de empresa auditada, em geral".

Reafirmemos o que poderíamos chamar, presentemente, de "filosofia de auditoria", essencialmente um movimento, aparentemente nascido na história antiga, de enquadramento das transações e trocas econômicas e comerciais, "para estabelecer e manter a confiança". Confiança dos clientes para com os comerciantes, confiança dos comerciantes para com os produtores e fabricantes, até a confiança entre autoridades sociopolíticas e administradas, ou, ainda, sobretudo nos dias de hoje, confiança entre proprietários – acionistas e gestores, entre consumidor e empresa, entre público em geral e atividades das empresas, entre dirigentes e dirigidos. Resumindo, "confiança entre todos aqueles que se designam como *stakeholders*". Interpretemos isso, para simplificar, como se tratando do conjunto das "partes envolvidas direta e indiretamente, partes tocadas, por uma ou outra forma pelos jogos ligados às atividades da empresa". Tudo isso provém de acionistas e empregados, até consumidores, passando pela sociedade civil e pelas questões de salvaguarda da qualidade do meio ambiente. Eis, pois, aquilo que nos leva muito naturalmente a ver aí, já, uma ligação muito clara entre o que é convencionalmente chamado de "responsabilidade social da empresa".

A auditoria teria também, de par com a importância e a amplitude do desenvolvimento em suas esferas de ação, tanto, e cada vez mais, uma missão de garantir que a empresa como agente econômico se comportasse de maneira responsável e razoável, e fosse imputável por qualquer falha nos cânones da "boa e sã governança". Entretanto, encontramos aqui com um problema suplementar e que não é de pouca importância: até que ponto as equipes de auditoria interna são verdadeiramente "independentes e objetivas" em relação à direção superior à qual, normalmente, são "diretamente ligadas"? Até que ponto elas podem evitar de ser mais ou menos diretamente implicadas nas decisões e nas atividades das gestões? Até que ponto sua missão de aconselhamento e apoio vai além da ingerência na estratégia da empresa? Quando lidamos com escritórios externos de auditoria, não somente as mesmas questões se colocam, mas se apresentam também, com acuidade, questões de conflitos de interesses sempre possível – sabendo que escritórios desse tipo oferecem igualmente serviços de consultoria de controle de gestão, a saber, de subcontratação pura e simples "internalizada" no seio da empresa auditada no conjunto das funções finanças, contabilidade, inspeção.

Sem falar do problema, ainda mais espinhoso de, por assim dizer, a empresa especializada em auditoria fazer a sua própria auto-auditoria. Sabe-se que um bom número entre essas empresas são hoje poderosas e ricas multinacionais.

Como se vai ver nas análises que se seguem, é preciso tentar sair desse círculo vicioso da missão impossível de realmente chegar a desenrolar os complexos emaranhados que ligam as relações auditor – auditada (os casos, entre muitos outros, da Enron e Andersen são um belo exemplo), e ver as implicações globais do tipo de gestão adotada em cada um dos grandes casos figurativos identificados, quando de nossa discussão sobre os novos dados da globalização: o caso em que o mercado, a economia e os agentes econômicos voltam-se para a maximização do valor de troca, e aquele em que as orientações são mais no sentido da maximização do valor de uso. É esta análise comparada daquilo que se passa em nível global, levando em conta prioritária o contexto no qual a auditoria é levada a funcionar, que, acreditamos, reside uma das chaves fundamentais da "clareza" e da efetividade da missão de auditoria.

### **Auditoria, RSE e concepção econômica e gerencial dirigida para a maximização do valor de troca**

O que aqui chamamos de concepção econômica e gerencial dirigida para a maximização do valor de troca é o que se pode designar, seguindo o pensamento de Michel Albert, como o campo do "capitalismo financeiro", confrontado com o "capitalismo industrial" sobre o qual falaremos na seção seguinte. Trata-se, em grandes linhas, da tradição capitalista originária da Inglaterra e da Revolução Industrial. É essa tradição que deseja que o mercado auto-regulado e a mão invisível, ajudados pelos milagrosos mecanismos de auto-equilíbrio espontâneo dos sistemas de oferta e demanda, sejam os fundamentos do melhor dos funcionamentos possível da economia e das trocas. Trata-se daquilo que se pode identificar como o núcleo duro do neoliberalismo dominante e da ideologia levada a efeito pelas Instituições de Bretton Woods e o Consenso de Washington. Ora, é aí que a questão da auditoria e de sua "filosofia", como traçamos mais acima, entra em jogo: nessa concepção de economia, do mercado e dos processos autônomos de regulação dos equilíbrios, correspondem, forçosamente, uma concepção de sociedade, de Estado, e do papel da empresa, das taxas e da destinação dos lucros, etc. Trata-se, propriamente, de falar, não mais de uma simples concepção do econômico, mas, por uma inevitável e necessária extensão, de uma verdadeira forma de ver, conceber e fazer funcionar o conjunto daquilo que se constitui no tecido social humano e nas relações entre os homens e a natureza, como provedora de recursos.

Essa tradição do capitalismo financeiro tem uma história, uma geografia, uma

ideologia, seus adeptos. Ela tem, com o término da Segunda Guerra Mundial e o apoio das instituições criadas pelos vencedores, concepções largamente dominantes em escala planetária, resolutamente neoliberal e cada vez mais "financiarista". Além disso, não pode fugir a ninguém que a uma concepção determinada do econômico e de seus mecanismos reguladores vai corresponder uma concepção *ad hoc* da forma de fazer funcionar as instituições que dão vida e manifestação concreta à economia em questão: a empresa. Esses são os tipos de gestão e seus instrumentos de que nos servimos para fazer funcionar as empresas. O que se denomina de "braço armado" do pensamento econômico dominante é o espaço onde se encontra a empresa que pratica essa "gestão *ad hoc*". Se nos debruçamos sobre as características centrais do capitalismo financeiro ligado à globalização neoliberal, percebe-se que sua história é a da maximização de troca, isto é, fazer com que, fora de qualquer outro tipo de consideração, o lucro esteja sempre em alta, pela maximização da diferença entre custos de produção e resultados com as vendas.

Essa maximização é apresentada como exigência legítima dos acionistas e como sinal indubitável de boa saúde do funcionamento econômico (trata-se aqui, compreende-se, da lógica que guia a marcha dos países "protótipos" do capitalismo financeiro: USA, Canadá, Inglaterra, França, Suíça). Está aí, um vício de processo, que, como já se viu mais acima, leva o lucro a se ligar aos fatores mesmos que lhe permitem sua existência. E é aí que a questão da auditoria e da filosofia da auditoria torna-se uma sobre as quais vão ou não se articular, círculos viciosos de fuga na direção do financismo de prazo curto, ou, ao contrário, de círculos virtuosos de pesquisa de equilíbrios entre os fatores de otimização sustentável.

O coração do problema é que, naturalmente, em tais condições de concepção do econômico e da empresa, a auditoria será conduzida a centrar o essencial de sua missão "sobre a capacidade da organização de conter, estrangular, baixar, minimizar seus custos". Como já vimos quando discutimos a questão do "lucro que mata o lucro" como um dos novos dados da globalização, a ordem neoliberal e seu tipo de gestão – chamado de "à americana", por Stiglitz – o encarniçamento em querer maximizar continuamente e a qualquer preço o ganho dos acionistas (eles também globalizados), apela a uma concepção econômica que coloca seu pivô na "crença da possibilidade de um crescimento generalizado infinito". Ora, não seria esse fato a demonstração de que não se pode demandar da natureza mais do que ela pode dar (esgotamentos dos *stocks* de peixes, de florestas, de energias fósseis, de terras cultiváveis) e como não se pode visualizar que seis bilhões de indivíduos possam todos viver no nível do padrão de vida europeu ou americano, "há limites evidentemente forçados a esse crescimento".

A maximização do valor de troca não pode mais ser feita em cima do aumento

exponencial de uma demanda efetiva planetarizada, baseada sobre o fornecimento, também de forma exponencial, de utilidades concretas, assegurando a durabilidade dos equilíbrios, queridos sempre em alta, da economia real. Volta-se então para o outro capaz de aumentar os ganhos dos acionistas: a guerra aos custos. Nada há, evidentemente, de repreensível em querer fazer a caça aos custos. Mas toda a questão é então a de saber, primeiramente, o que se deve considerar *sui generis*, como custo, e, logo em seguida, até a que limites pode-se tender à baixa. Por isso, afirmei antes, sob a fórmula da "financiarização" da economia em escala mundial, "que os custos tornam-se os próprios fatores que fazem o lucro e o capital". Isto é, o trabalho e a natureza. É com efeito bastante fácil, em curto prazo, de impulsionar a alta do valor de troca de produtos e serviços colocados no mercado, só "pela única compreensão sistemática de custos dos fatores utilizados". Com a onda das reengenharias, dos *downsizings*, das fusões – aquisições, e das deslocalizações, a maximização do valor de troca não se faz praticamente mais senão com o aumento do desemprego, o rebaixamento relativo do valor do trabalho, e a não tomada em consideração dos prejuízos causados à natureza. Acrescenta-se também a essa espiral irracional o fato de considerar o Estado, os serviços públicos e tudo o que não concorre para fazer mais-valia para o capital como custos.

Então setores como a educação, a formação da mão-de-obra, a saúde, a cultura, os transportes públicos tornam-se fontes de despesas que devem ser "racionalizadas", ou atividades a "confiar ao setor privado" para que ele os transforme em atividades geradoras de valor agregado financeiro imediato. Ora, então, quem vai medir, testar, julgar, avaliar a auditoria em tal contexto de concepção da economia e da sociedade? A auditoria torna-se, em virtude de análise conduzida, um "instrumento central agravante do círculo vicioso cortes – deslocalizações – baixa tendencial da demanda e das taxas lucros – novos cortes" se faz, mesmo sem querer, julgando a efetividade de comportamentos gerenciais, de prazos de rendimentos por unidade de capital investido. E isso, no quadro de uma concepção gerencial centralizadora, piramidal, em que só os altos dirigentes e os grandes acionistas têm o poder e o direito de decidir, em que o órgão principal de velar pelos interesses dos investidores, o Conselho de Administração, tornou-se o clube fechado dos interesses cruzados e cooptados dos mesmos altos dirigentes e grandes acionistas, e, sobretudo, em que a sociedade civil, o Estado, a natureza, os empregados não são senão recursos, estoques ou custos a eliminar.

### **Auditoria, RSE e concepção econômica e gerencial voltadas para a maximização do valor de uso**

Trata-se aqui, bem entendido, do "outro campo" do capitalismo, não globaliza-

do, mas que existe e prospera, parece, de forma mais sustentável e eficaz que o capitalismo financeiro (SAUL, 2004; MINTZGERG, 2001; STIGLITZ, 2002, 2003; AKTOUF, 2002). É o capitalismo de países como Japão, Alemanha, Suécia, Noruega, Coréia do Sul e, portanto, um capitalismo não diretamente saído da expansão da Revolução Industrial inglesa do século XVIII, mesmo se, por seguro, nele tenha amplamente alimentado e inspirado. Por razões históricas, etnoculturais, sociológicas, ideológicas que seria muito longo expor aqui (ver ALBERT, 1991; AKTOUF, 1999, 2002), esses países entraram na modernidade e na era industrial sem demasiadamente prejudicar suas tradições "pré-industriais" em particular os modos de funcionamento da sociedade e da economia.

Digamos, em resumo, e é isso que faz o sucesso dos produtos e serviços globalizado, desses países, e que é visado em prioridade pelos agentes econômicos e a empresa, a não "maximização de prazo curto do valor de troca", mas "a espera de uma certa permanência de valor de troca lucrativo, mas no longo prazo e baseado sobre uma sólida maximização, em primeiro lugar, do valor de uso". Se isso quer dizer qualquer coisa, é principalmente esta aqui: a gestão das socioeconomias do capitalismo industrial se coloca primeiramente a questão de "como oferecer o melhor produto ou serviço possível" para, "em seguida", fazer disso uma fonte durável de lucros. A primeira e primordial questão não é aí de "somente se demandar como fazer o máximo de dinheiro possível, no curto prazo". (Falo, evidentemente, disso que esses países "fazem dentro de seu território", e não do que eles podem fazer em outro lugar no mundo, onde, sobre tais pontos, eles não se distinguem freqüentemente em relação às empresas saídas do capitalismo financeiro). E isso é de primeira importância para aquilo que toca em nossa questão sobre o papel e o lugar da auditoria. Porque, com efeito, a concepção e a prática gerencial que essa auditoria terá para seguir e julgar não pode ser, forçosamente, diferente daquela em que só a maximização mais rápida, quaisquer que sejam as conseqüências do valor de troca, é a regra e a finalidade.

Em breves palavras, o que se pode designar por maximização do valor de uso de um produto ou serviço, é aproximadamente tudo o que se encontra sob o conceito de "qualidade total": fazer de forma tal que todas as partes interessadas, do produtor, ao cliente, ao acionista, estejam em estado de satisfação ótima. Com a nuance de que o principal protagonista a satisfazer seja o cliente, ou o utilizador, "o usuário".

Essa é uma longa e milenária tradição que se relaciona com a legendária meticulosidade dos japoneses e asiáticos em geral, e a disciplina e a consciência profissional de nórdicos, alemães e escandinavos. Maximizar o valor de uso é, pois, ser capaz de colocar um máximo de inventividade, de perfeccionismo, de inteligência, de habilidade em "obter sucesso no primeiro golpe", a fim de alcançar o

grau mais elevado possível "sem desperdícios" de um lado, e de "felicidade" do cliente, do outro. Isso pode também se resumir em maximizar a relação qualidade-desempenho-durabilidade/preço do produto ou serviço ofertado no mercado. Há, então, uma diferença de tamanho que vai caracterizar a gestão necessária à perseguição desse objetivo de maximização "anterior" do valor de uso: o fator principal que contribui para o atingimento desse gênero de objetivos é "antes de tudo o trabalho, logo, o empregado". Não seria uma questão de tratá-lo como custo embutido a minimizar, a supervisionar, a controlar. O trabalhador não pode dar seu melhor (e não seu máximo) senão e somente se "ele efetivamente deseja fazer" (e não obrigado ou constringido pelo autoritarismo e pela coerção).

Isso tudo nos leva a uma situação gerencial em que a relação de precedências, por assim dizer, do ponto de vista da satisfação, seria primeiramente o empregado, logo o cliente e, finalmente, o acionista. Vê-se bem que mudamos radicalmente a lógica: o critério central de efetividade não é mais a redução de custos, mas a colocação em estado ótimo da mão-de-obra em dar o melhor dela mesma. O que significa adesão, vontade, mobilização, compreensão, disponibilidade estado de não-frustração máxima do lado dos empregados. Ora esse "estado de não frustração" não se pode alcançar senão quando os empregados são admitidos a ser partes interessadas na gestão e nas decisões. É assim que se passa, no capitalismo industrial, daquilo que é mais fundamentalmente diferente em relação ao capitalismo financeiro: do Japão à Noruega, passando pela Coréia do Sul e pela Alemanha, os principais mecanismos de gestão são do tipo colegial – participativo em todos os níveis (ver AKTOUF, 1999). Desse fato, e essa é uma das teses centrais que eu queria defender, a questão da auditoria torna-se, então, por assim dizer, um negócio de todos e de cada um.

O simples fato da existência de comitês de co-decisão, de comitês de co-determinação, de comitês de supervisão, de círculos de qualidade em suma, de mecanismos que fazem passar por diversos filtros "paritários", o essencial daquilo que se toma como decisões, daquilo que se faz como atos de gestão, aí compreendida a elaboração dos balanços, então o risco de derrapagens, de má-fé, de desvio de objetivos, de dissimulações são "*ipso facto* e automaticamente" reduzidos a um mínimo que acentue o zero permanente. A missão da auditoria não é somente modificada, mas também simplificada ao abrigo de toda tentação de colusão ou de conflitos de interesses.

Os conflitos de interesses entre, particularmente, firmas de auditoria e empresas auditadas que fizeram o leito dos megaescândalos de falsos demonstrativos financeiros, de falsos lucros, de falsos ganhos dos acionistas... que foram observados e se pode continuar a observar nos países principais do capitalismo financeiro, dos EUA (Enron, AOL, Xerox, Andersen, Tyco) à Itália (Parmalat), pas-

sando pela França (Vivendi, Crédit Lyonnais) e pela Inglaterra (Hollinger) ou o Canadá (Nortel). Pode-se também facilmente constatar que "este gênero de colusão – conflitos de interesses" não se faz sempre para mostrar-se nos espaços do capitalismo industrial. A missão fundamental e central da função auditoria – interna, semi-interna ou externa –, é de garantir um mínimo de estado de confiança sustentável entre *stakeholders* agindo como tampões que vão prevenir, minimizar, tornar as coisas difíceis, impedir os riscos de colusão, de intimidações, de conflitos de interesses.

A missão auditoria passa a sancionar bem mais a capacidade dos gestores em estabelecer o máximo de condições propícias para o trabalho eficiente dos empregados, que sua capacidade de eliminá-los. Entende-se bem que o preço é que a remuneração das ações jamais será máxima para ser máxima. Ela será, no sentido real da palavra, "ótima".

#### EM CONCLUSÃO: AUDITORIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA: OUTRA FILOSOFIA DA PROPRIEDADE, DA EMPRESA E DAS "LEIS DO MERCADO"

Auditoria e responsabilidade social da empresa, são, de fato e por natureza, intimamente indissociáveis. Ressalta-se da responsabilidade social da empresa o objetivo de satisfazer seus acionistas, "prestando sempre atenção em agir como cidadãos bons e leais lá onde se desenrolam suas atividades". Essa noção de responsabilidade corporativa é levada ainda mais longe, sem dúvida, por isso que é conhecido sob a fórmula que existe particularmente na Alemanha: "propriedade – obrigação".

Se, com efeito, a propriedade de qualquer coisa e, particularmente de uma empresa, confere direitos indiscutíveis ao proprietário, ou seja, ganhar dinheiro, essa mesma propriedade, pelo poder que aí se associa certamente, tem igualmente, e de forma também imperativa, obrigações. Entretanto, se na Alemanha e sob diversas outras formas (notadamente aquelas que tocam questões ecológicas) na Escandinávia, essa noção é acompanhada de diversas medidas legais e mais do que incitativas relativamente às empresas; se no Japão e no Sudeste da Ásia a *tradição* (confucionismo, budismo, taoísmo) proíbe o tratamento financeiro maximalista como superior aos fatores de produção; em terras de capitalismo financeiro (e por via de consequência em terras de globalização) a obrigação da empresa não é nada. É à livre vontade espontânea e autônoma dos empreendedores que se deixa, "devendo funcionar", o dever de se comportar como um cidadão responsável.

É isso que foi conhecido desde os inícios balbuciantes da gestão como disciplina acadêmica sob a fórmula "boa cidadania corporativa". Tal fórmula foi colocada na frente dos acontecimentos pelos círculos acadêmicos da gestão com base em

autores clássicos como C. Barnard ou M. P. Follet. Hoje em dia, o legado é assumido por toda uma corrente tão poderosa em termos de recursos como de publicações quanto impotente e discreta em aplicações reais: o domínio dito da "ética" nos negócios. Disciplinas e programas inteiros sobre a matéria são ministrados em escolas de gestão em todo o mundo.

Justamente, há aqui uma matéria de profunda reflexão e questionamento, incluindo, no meu ponto de vista, em verdadeiro primeiro lugar, a posição, o papel e a missão da auditoria e de toda forma de verificação de "boa conduta" das empresas. Convém que se entenda o que o duo responsabilidade/cidadania corporativa quer dizer, assim o que significa a associação de termos como "ética e negócios".

Começemos pela questão da responsabilidade social ou "boa cidadania" da empresa. Se "cidadania", a se crer "boa", quer dizer alguma coisa, essa é, com toda a lógica, o fato de velar de forma ciente e colocar abaixo de qualquer outra consideração, no conjunto de suas atividades, a contribuição ativa e incondicional à continuidade e a garantia da "vida cidadã". Se podemos simplificar, podemos dizer "continuidade e garantia da boa vida cidadã", seria, no mínimo (e isso envolve todo cidadão, incluindo as personalidades morais, tais como a empresa), conformar-se a, ou seja, o arquétipo mesmo de "velar pela vida cidadã" como papel e obrigação do Estado. E falo aqui do Estado como instituição cuja natureza é estar acima dos interesses particulares quaisquer que sejam, e não de regimes e governos que se pode ver um pouco por toda a parte hoje, e que tem, amplamente, pelo próprio fato da dita "globalização", traído literalmente a vocação do Estado de colocar ao serviço, cada vez mais intensivamente, dos interesses do dinheiro, dos círculos financeiros – com o nome de "livre intercâmbio", de "competitividade" – tanto nacionais quanto transnacionais.

Ora, os papéis e as obrigações primordiais da instituição "Estado" são:

- 1) assegurar vida em estado de dignidade de cada um de seus cidadãos;
- 2) assegurar o respeito da integridade do território e da natureza; e
- 3) assegurar o respeito da soberania da nação.

Eis, portanto, o nível em que as características da responsabilidade de "boa cidadania" da firma deve assemelhar-se, além de incluir a auditoria do balanço social, passando pelas medidas de respeito ao meio ambiente. Entretanto, em se fazendo isso, outra contradição se impõe aos gestores: "exige-se mais que nunca estratégias de curto prazo, de satisfação máxima do acionista, de reduções drásticas dos custos" porque as taxas de lucro, por toda a parte, estão em baixa, exceção feita aos setores de especulação e de produção totalmente artificial de dinheiro (COURVILLE, 1994; STIGLITZ, 2003; AKTOUF, 2002).

Há nesse nível o que eu chamo de uma "tripla – concomitante responsabilidade da empresa": vis-à-vis de seus empregados que ela deve esforçar-se por ajudar

a viver em estado de "cidadãos dignos"; vis-à-vis da sociedade e do meio ambiente local e nacional onde ela atua, e enfim vis-à-vis das sociedades e ambientes onde ela é chamada a ultrapassar as fronteiras nacionais. Estamos longe, muito longe, da famosa – e demente – exortação de Milton Friedman em que a única responsabilidade a empresa é de "maximizar a remuneração de seus acionistas". Além disso, se nós olharmos, no presente, do lado da combinação "ética" e "negócios" (certas pessoas falam sonhadoramente até de "espiritualidade"), parece ser uma fundamental contradição antagonista nos próprios termos!

Com efeito, por definição elementar, seguindo Aristóteles, a ética tem a ver, antes de qualquer outra coisa, com o "bem estar de si mesmo e dos outros, associado à constante pesquisa dos meios para aí chegar". É preciso que admitamos uma "dimensão forçosamente altruísta – comunitária ligada a toda idéia ética". A ética não pode nunca abrir mão de qualquer coisa que seja pela única finalidade de maximizar os ganhos de uma categoria de cidadãos, colocados acima dos outros. E, é precisamente lá nos países do capitalismo financeiro, que a concepção universal dos negócios relaciona-se infinitamente mais com as idéias e o comportamento de egoísmo, de individualismo, de privilégios reservados, do que de altruísmo e cuidados com o "bem-estar da comunidade". O que a função auditoria mede, verifica, aprova, então? Quer seja ela interna, quer seja ela externa, ela não pode se consagrar a outra coisa senão a acautelar, a recompensar e a encorajar a maximização sistemática dos ganhos dos acionistas, forjando um comportamento de empresa que "vira suas costas ao mesmo tempo à idéia de responsabilidade social e à de ética". (O único caso de queda tão grave quanto monumental nesse sentido, de firmas como Enron e Andersen, é uma prova indubitável). Devemos precisar com insistência que "esse comportamento prevalece particularmente no contexto do capitalismo financeiro e da gestão à americana".

Para terminar esta reflexão, gostaria de atrair a atenção sobre o fato que existe, concretamente e operacionalmente, uma alternativa e uma porta de saída em relação a essa armadilha, verdadeiramente "nós de contradições", que representam a impossível satisfação das exortações dúplices do capitalismo financeiro. Trata-se, apesar dos erros, dos escorregões, das imperfeições do capitalismo industrial e de suas práticas "em suas fronteiras" (eis que é evidentemente fácil de ver que as multinacionais originárias da Alemanha, do Japão não fazem nada melhor frequentemente que os outros em mercados e territórios estrangeiros, notadamente do Terceiro Mundo). O que atrai fortemente minha atenção nas concepções e práticas sobre os quais quero falar é que o contexto no qual se exerce a função de auditoria, é um contexto onde a maneira de gerir a empresa – orientada primeiramente para a maximização do valor de uso – permite múltiplos e crescentes limites.

Tais limites canalizam e orientam a auditoria no sentido que se aproxima mais

realmente dos novos dados da globalização neoliberal, do que da responsabilidade social e da ética corporativa. Esses mecanismos são:

- 1) o impacto direto e indireto da implicação da sociedade civil via diversas práticas de consultoria, de concertações, de planejamentos setoriais e nacionais;
- 2) o impacto, muito direto, da participação dos empregados e de suas múltiplas formas de associação com atos de gestão; e por fim
- 3) o impacto da existência de instâncias paritárias (comitês de supervisão por exemplo) associadas a tudo isso que concorre para a preparação, a elaboração e a adoção das contas da empresa.

Eu assim resumiria a tese aqui defendida: a função auditoria considerada em si mesma, independentemente do contexto socioeconômico/gerencial no qual ela se exerce será sempre vulnerável aos interesses dominantes, porque não consegue encontrar, na sua exclusiva maneira de proceder, ativos e armas para se prevenir das tentações de cobrir a má governança ou de se colocar frente aos conflitos de interesses.

É, pois, sobre essa questão de "concepção" do contexto socioeconômico/gerencial que nos convém debruçar mais intensamente se quisermos resolver a questão das armadilhas que escondem por toda a parte a função e a missão de auditoria. Uma auditoria orientada pela força das finalidades e jogos globais, para cuidados com o equilíbrio entre os fatores capital/trabalho/natureza, uma auditoria enquadrada por práticas de participação/concertação, e de rentabilidade ótima/razoável do capital, é a solução, a meu juízo, para os enormes problemas ligados à evolução atual da globalização, que ameaçam (vejam-se os exemplos da Enron, Andersen e Parmalat) até mesmo o coração da vocação da função auditoria e, por via de conseqüência, as possibilidades mesmas de "boa governança" e de "responsabilidade social".

Seria necessário, e isso é o tema de outro vasto desenvolvimento que não podemos empreender aqui uma mudança radical das concepções, constituições, funcionamentos, vocações de numerosos exemplos e instituições que são parte do contexto da gestão dominante do tipo EUA, tais como:

- a) os Conselhos de Administração devem cessar de ser clubes de cooptação fechados onde tudo se baseia nos interesses recíprocos reservados, em detrimento do resto da sociedade;
- b) as colusões entre poderes do dinheiro e poder político devem ser vistos por aquilo que eles são, ou seja, uma grave poluição da missão do Estado como instituição que vela sobre o interesse geral;
- c) os acionistas devem tornar-se os últimos nas listas de prioridades de satisfação, após o cliente, após os empregados e após a natureza;
- d) os sindicatos, os representantes da sociedade civil, os ecologistas, os movimen-

tos sociais devem ser admitidos como co-decisores no próprio seio do processo econômico e corporativo;

- e) a produção de riquezas econômicas existe para colocar-se a serviço de um projeto de sociedade claro e consensual, não o inverso, o de submeter a sociedade às "leis do mercado" e aos interesses financeiros;
- f) por fim, as escolas de gestão – do tipo "escolas de negócio" em particular – deverão cessar de formar tecnocratas cegos obcecados pela maximização – não importa a que preço, do "fluxo de caixa".

Seria preciso ainda falar de necessidade de "mudança radical" ou ainda de verdadeira "revolução" no pensamento gerencial tradicional e ainda dominante?

### ABSTRACT

This theoretical (ensaio?)'s objective is to criticize the current arguments regarding the so called "good" corporate governance practices. The perspective used challenges the ideology especially (preconizada) by international organisms that, whenever defending certain practices, reaffirm the hegemony of the interests of speculative capital in detriment of productive capital. Many factors point to questioning the logic of capital over collective interests, assuming that this logic has, in fact, promoted drawbacks in important social advances gained by workers, reducing the possibilities of sustained economical development globally.

Key words: Corporate governance; Business social responsibility; Globalization, economical development.

### Referências

AKTOUF, O. **Pós-globalização, gestão e racionalidade econômica**: a estratégia da avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

AKTOUF, O. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1999.

AKTOUF, O. Corporate culture, the catholic ethic and the spirit of capitalism: a Quebec experience. In: TURNER, Barry R. (Ed.). **Organizational symbolism**. Berlin: W. de Gruyter, 1990. p. 43-53.

AKTOUF, O. Theories of organizations and management in the 1990's: towards a critical radical humanism? **Academy of Management Review**, Ohio, v. 17, n. 3, p. 407-431, 1992.

AKTOUF, O. The management of excellence: deified executives and depersonalized employees. In: PAUCHANT, Thierry C. (Ed.). **In search of meaning**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994. p.124-150.

ALBERT, M. **Capitalisme contre capitalisme**. Paris: Seuil, 1991.

- AMABLE, B.; BARRÉ, R.; BOYER, R. **Les systèmes d'innovation à l'ère de la globalisation**. Paris: Économica, 1997.
- AMIN, S. **L'empire du chaos**: la nouvelle mondialisation capitaliste. Paris: L'Harmattan, 1991.
- AMIN, S. **L'accumulation à l'échelle mondiale**. Paris: Anthropos, 1971.
- ARCHIER, G.; SERIEYX, H. **L'entreprise du 3<sup>e</sup> type**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P.M. **Monopoly capital**. New York: Monthly Review Press, 1966.
- BEAUD, M.; DOSTALER, G. **La pensée économique depuis Keynes**. Paris: Seuil, 1993.
- BERNARD, M.; LAUZON, L. P. **Finances publiques, profits privés**: les finances publiques à l'heure du néolibéralisme. Montreal: Renouveau Québécois, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. **La mondialisation de la pauvreté**. Montreal: Écosociété, 1998.
- MINTZBERG, H. Du capitalisme et de l'État. **Revue Commerce**, Montreal, v. 99, n. 3, p. 38-39, Juin 1997.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. **Séville musulmane au début du 12<sup>ème</sup> siècle**: le traité d'Ibn 'Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers. Paris: Maisonneuve et Larose, 2001.
- SAUL, J. R. The collapse of globalism: and the rebirth of nationalism, **Harper's Magazine**, Montreal, p. 33-43, Mar. 2004.
- SEMLER, R. **À contre courant**. Paris: Dunod, 1993.
- SEN, A. **Repenser l'inégalité**. Paris: Seuil, 2000.
- SERIEYX, H. **Le zéro mépris**. Paris: InterEditions, 1989.
- SERRES, M. **La distribution**. Paris: Minuit, 1977.
- STIGLITZ, J. **La grande désillusion**: la mondialisation ça ne marche pas. Paris: Fayard, 2002.
- STIGLITZ, J. **Quand le capitalisme perd la tête**. Paris: Fayard, 2003.